JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

TÍTULO

PROPOSTA DE PLANO ANUAL DE TRABALHO E DE CAPACITAÇÃO - PATC 2025

Excelentíssimo Senhor Diretor da EJERS:

1. APRESENTAÇÃO

Dirijo-me a Vossa Excelência a fim de apresentar a minuta de Plano Anual de Trabalho e Capacitação para a Escola Judiciária Eleitoral Ministro Paulo Brossard de Souza Pinto – EJERS para o ano de 2025.

Portanto, recordo que no presente ano de 2024 esta Escola sofreu uma reestruturação, materializada na Resolução TRE-RS n. 418/2024, bem como teve alteração em seu Regimento Interno consubstanciada pela Resolução TRE-RS 427/2024 e a instituição do Núcleo de Educação Midiática e Informacional da EJERS – NEMI, promovida pela Portaria EJERS n. 01/2024.

Neste sentido, cumpre ressaltar que a Escola do TRE-RS exerce a sua atuação na formação jurídica, especialmente em matéria eleitoral, para magistrados e servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, bem como promovendo o desenvolvimento de ações de difusão da memória Institucional e de projetos de educação para a cidadania política, para toda a sociedade gaúcha.

Assim sendo, esclareço que estrutura da EJERS apresenta o seguinte modelo:

a) Diretoria;
b) Coordenadoria;
c) Seção de Aperfeiçoamento Jurídico e Estudos Eleitorais (SEAJE);
d) Seção de Programas Institucionais (SPINS);
e) Núcleo de Educação Midiática e Informacional da EJERS (NEMI).

Refiro que a missão da EJERS dentro do Tribunal Regional do Rio Grande do Sul e para a comunidade é *"Promover educação inovadora no âmbito da Justiça Eleitoral, fortalecer valores democráticos e estimular a participação cidadã"* e a sua visão é: *"Ser reconhecida como escola judiciária eleitoral protagonista de transformação cultural"*.

Ainda, reafirmo que o presente plano está atento à missão deste Regional, à necessidade de preservação da democracia e às metas específicas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme segue:

2. PLANO ANUAL DE TRABALHO E CAPACITAÇÃO DA EJERS 2024

SEAJE:

I - Cursos e Eventos

01 - Curso/Evento: Curso Introdução ao Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ: entendendo a lógica de aplicação.

Número do SEI: relacionado ao 0002786-45.2024.6.21.8000
Data: 17 de março de 2025 (a confirmar)
Local: on-line, permanente, sessenta dias para conclusão após inscrição.
Modalidade: assíncrono, sem tutoria.
Carga Horária: 06 horas-aula

Público Alvo: magistrados e servidores

Número de participantes: 250 participantes

Justificativa: Trata-se de demanda originária do CNJ. O Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero se aplica não só a temas específicos da Justiça Eleitoral, como Propaganda Eleitoral, Registro de Candidaturas e Distribuição de Recursos para Campanha, seu alcance também vai além do julgamento em si, trata-se de nova forma de ver e aplicar o Direito em todas as fases do processo quando observadas condições para sua incidência. Esse curso já conta com material pronto para reaproveitamento, seu objetivo é trabalhar com profundidade a base teórica que sustenta e justifica a aplicação do referido Protocolo.

Orçamento: sem impacto no orçamento da EJERS.

02 - Curso/Evento: Curso Prestação de Contas Partidárias

Número do SEI: relacionado ao 0009827-97.2023.6.21.8000

Data: 31 de março de 2025 (a confirmar)

Local: on-line

Modalidade: assíncrono, sem tutoria, permanente, sessenta dias para conclusão após inscrição.

Carga Horária: 20 horas-aula

Público Alvo: servidores das Zonas Eleitorais

Número de participantes: 70 participantes

Justificativa: A prestação de contas partidárias é um trabalho complexo com procedimentos bem definidos. Especialmente após Eleições Municipais, verifica-se o impacto da relação das contas partidárias com o fluxo financeiro das Eleições. A par disso, a Justiça Eleitoral conta com servidores novos, inexperientes na análise e processamento destes recursos. Além de ter sido solicitado no levantamento de necessidades, a SEAJE possui material pronto para aplicação, resultante de outros exercícios, sem necessidade de envidar maiores esforços ou investimento nesta capacitação.

Orçamento: sem impacto no orçamento da EJERS.

03 - Curso/Evento: Curso Direito Penal e Processual Penal - Parte 1

Número do SEI: a definir

Data: 22 de abril de 2025 (a confirmar)

Local: on-line

Modalidade: a distância, sem tutoria, permanente, sessenta dias para conclusão após inscrição.

Carga Horária: 20 horas-aula

Público Alvo: juízes, servidores da SCRE, SJ e das Zonas Eleitorais

Número de participantes: 300 participantes

Justificativa: O tema é um dos mais indicados no levantamento das necessidade de capacitação pelas Unidades, além de ter sido diretamente solicitado pelos magistrados ao Diretor da EJERS. O presente curso se propõem a realizar um nivelamento da matéria, sendo assim aplicado aos juízes e servidores interessados. Posteriormente cursos avançados serão destinados a áreas específicas de atuação. O curso em comento conta com a cedência do material pela EJE-MG.

Orçamento: sem impacto no orçamento da EJERS.

04 - Curso/Evento: Curso Nivelamento Jurídico

Número do SEI: a definir

Data: 06 de maio de 2025 (a confirmar)

Local: on-line

Modalidade: a distância, sem tutoria, permanente, sessenta dias para conclusão após inscrição.

Carga Horária: 60 horas-aula

Público Alvo: servidores sem formação jurídica, especialmente das Zonas Eleitorais, e requisitados.

Número de participantes: 200 participantes

Justificativa: Muitos servidores que atuam principalmente nas Zonas Eleitorais trabalham com processos cada vez mais complexos, subordinados a um arcabouço jurídico cuja lógica lhes é estranha, devido as características próprias que regem nosso ordenamento. Proporcionar uma introdução a esse tema, possibilita

aos servidores enxergar para além das normas positivadas na lei, o que não raro gera confusão e insegurança na execução de suas atividades. Letrá-los para atuar com um conhecimento mínimo do Direito busca diminuir essa lacuna de comunicação entre as partes e fornecer subsídios para o aprimoramento dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral.

Orçamento: R$ 12.000,00

05 - Curso/Evento: Curso Uso da Inteligência Artificial como Ferramenta na Área Jurídica

Número do SEI: a definir

Data: 15 e 16 de maio de 2025 (a confirmar)

Local: sala de aula da EJERS

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 10 horas-aula

Público Alvo: Servidores da SCRE, SJ e Zonas Eleitorais

Número de participantes: 40 servidores

Justificativa: Indicação conforme levantamento das necessidades de capacitação pela SJ e SCRE. O tema vem causando o interesse entre os servidores que buscam alternativas para auxiliá-los na elaboração de suas atividades, com vistas a simplificar os processos de trabalho com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial.

Orçamento: R$ 15.000,00

06 - Curso/Evento: Curso Direito Penal e Processual Penal - Parte 2

Número do SEI: a definir

Data: 26 de maio de 2025 (a confirmar)

Local: on-line

Modalidade: a distância, sem tutoria, permanente, sessenta dias para conclusão após inscrição.

Carga Horária: 20 horas-aula

Público Alvo: juízes, servidores da SCRE, SJ e das Zonas Eleitorais

Número de participantes: 300 participantes

Justificativa: O tema é um dos mais indicados no levantamento das necessidade de capacitação pelas unidades, além de ter sido diretamente solicitado pelos magistrados ao Diretor da EJERS. O presente curso se propõem a realizar um nivelamento da matéria, sendo assim aplicado aos juízes e servidores interessados. Posteriormente cursos avançados serão destinados a áreas específicas de atuação. O curso em comento conta com a cedência do material pela EJE-MG.

Orçamento: sem impacto no orçamento da EJERS.

07 - Curso/Evento: Curso Juiz das Garantias - Turma Magistratura

Número do SEI: a definir

Data: 11, 12 e 13 de junho de 2025 (a confirmar)

Local: on-line

Modalidade: a distância, síncrono

Carga Horária: 9 horas-aula

Público Alvo: juízes integrantes dos núcleos designados para atuação na matéria e demais juízes interessados.

Número de participantes: 40 juízes

Justificativa: O CNJ determina que seja oferecida capacitação sobre o tema. Para além do normativo, a matéria tem gerado dúvidas e apreensões entre juízes e servidores pela novidade. Necessário conhecimento teórico e também atividades práticas na capacitação. Razão pela qual a separação entre juízes e servidores e a execução em pequenas turmas.

Orçamento: R$ 6.000,00

08 - Curso/Evento: Curso Juiz das Garantias - Turma Servidores

Número do SEI: a definir

Data: 25, 26 e 27 de junho de 2025 (a confirmar)

Local: on-line

Modalidade: a distância, síncrono

Carga Horária: 9 horas-aula

Público Alvo: Servidores da SCRE, SJ e das Zonas Eleitorais integrantes dos núcleos designados para atuação na matéria

Número de participantes: 40 servidores

Justificativa: A matéria tem gerado dúvidas e apreensões entre servidores pela novidade, conforme é possível verificar pela tabela dos temas mais indicados no levantamento das necessidades de capacitação. É necessário proporcionar conhecimento teórico e também atividades práticas na capacitação. Razão pela qual, a separação entre juízes e servidores e a execução em pequenas turmas.

Orçamento: R$ 6.000,00

09 - Curso/Evento: Curso Prestação de Contas Eleitorais: análise jurisprudencial.

Número do SEI: a definir

Data: 10 e 11 de julho de 2025 (a confirmar)

Local: on-line

Modalidade: a distância, síncrono

Carga Horária: 06 horas-aula

Público Alvo: servidores da SAI, SJ, SCRE e Zonas Eleitorais

Número de participantes: 100 servidores

Justificativa: Tema indicado pela SAI como necessidade de capacitação. Trata-se de tema relacionado à área de atividade da unidade.

Orçamento: R$ 4.000,00

10 - Curso/Evento: Curso Ações Eleitorais: teoria e prática

Número do SEI: a definir

Data: 21 e 22 de agosto de 2025 (a confirmar)

Local: sala de aula da EJERS

Modalidade: presencial

Carga Horária: 10 horas-aula

Público Alvo: servidores da SCRE, SJ e Zonas Eleitorais

Número de participantes: 40 servidores

Justificativa: Trata-se de solicitação das Unidades participantes a fim de se aperfeiçoarem na matéria. A solicitação está diretamente relacionada às atribuições das unidades que atuam na prestação jurisdicional.

Orçamento: R$ 12.000,00

11 - Curso/Evento: Curso Processo Civil aplicado ao Direito Eleitoral

Número do SEI: a definir

Data: 12 de setembro de 2025 (a confirmar)

Local: sala de aula da EJERS

Modalidade: presencial

Carga Horária: 6 horas-aula

Público Alvo: servidores da SCRE, SJ e Zonas Eleitorais

Número de participantes: 40 servidores

Justificativa: Trata-se de solicitação das unidades participantes a fim de estudar a aplicação teórica e prática do Código de Processo Civil de forma subsidiária ao Direito Eleitoral. A solicitação está diretamente relacionada às atribuições das unidades que atuam na prestação jurisdicional.

Orçamento: R$ 14.500,00

12 - Curso/Evento: Curso Cumprimento de Sentenças e Execução Fiscal - Resolução TSE

n. 23.709/22

Número do SEI: a definir

Data: 24, 25 e 26 de setembro de 2025 (a confirmar)

Local: on-line

Modalidade: a distância, síncrono

Carga Horária: 9 horas-aula

Público Alvo: servidores das Zonas Eleitorais, SCRE e SJ

Número de participantes: 200 servidores

Justificativa: Necessidade de capacitação, de acordo com levantamento realizado, indicada pelo CRECE, SCRE e SJ. A atividade está de acordo com as atividades desenvolvidas pelas unidades solicitantes.

Orçamento: R$ 5.500,00

13 - Curso/Evento: Curso Avançado de Processo Penal: Standart de provas e cautelares

Número do SEI: a definir

Data: 16 e 17 de outubro de 2025 (a confirmar)

Local: sala de estudos da EJERS

Modalidade: presencial

Carga Horária: 10 horas-aula

Público Alvo: servidores da SCRE, SJ e Zonas Eleitorais

Número de participantes: 40 servidores

Justificativa: Trata-se de solicitação da Secretaria Judiciária todavia também aplicável aos servidores da Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral. A solicitação se justifica tendo em vista as atribuições das unidades e a necessidade de aprofundarem-se na matéria para aprimorar a prestação de serviços jurisdicionais.

Orçamento: R$ 15.000,00

14 - Curso/Evento: Curso Teoria e prática dos precedentes judiciais no Brasil e manuseio de dados

Número do SEI: a definir

Data: 13 e 14 de novembro de 2025 (a confirmar)

Local: sala de treinamento da EJERS

Modalidade: Presencial

Carga Horária: 10 horas-aula

Público Alvo: Servidores da SCRE, SJ e Zonas Eleitorais

Número de participantes: 40 servidores

Justificativa: Tema indicado pela SJ como necessidade de capacitação. Verifica-se que o assunto se relaciona diretamente às atribuições das unidades tendo em vista a função de assessorar os membros do Pleno na elaboração das minutas de decisões, buscando assim melhor entender e aplicar os precedentes judiciais.

Orçamento: R$ 15.000,00

15 - Curso/Evento: Seminário Eleições Municipais de 2024: Reflexões e Perspectivas para as Eleições Gerais de 2026

Número do SEI: a definir

Data: 21 de novembro de 2025 (a confirmar)

Local: Plenário do TRE-RS

Modalidade: presencial com transmissão pelo Youtube

Carga Horária: 03 horas-aula

Público-alvo: Magistrados, servidores, Ministério Público, advogados e sociedade em geral

Número de participantes: 100 participantes presenciais, mais número indefinido on-line

Justificativa: Toda eleição gera expectativas e exige uma preparação rigorosa para enfrentar seus desafios. Após sua realização, é pedagógico para as partes retomar os acontecimentos, refletir sobre a realidade dos fatos e realinhar-se para os pleitos vindouros. Desinformação, discurso de ódio, deep fakes geraram apreensão no meio eleitoral. Por outro lado, o avanço do financiamento de campanha pelo crime organizado traz

sério receio sobre seu impacto em nossas Instituições. Especialistas debatem e buscam alternativas para abordar os principais temas que ameaçam a regularidade do processo eleitoral e por conseguinte o sistema democrático brasileiro.

Orçamento: R$ 15.000,00

II - Disseminação de Informações Jurídicas (art. 7°, inc. III, da Resolução TRE-RS N. 427, de 16 de julho de 2024)

1 - Curso/Evento: Projeto Momento Eleitoral: 08 vídeos de cerca de 10 minutos cada

Número do SEI: a definir

Data: de abril a dezembro de 2025 (a confirmar)

Local: Site da EJERS e em seus canais de comunicação social.

Modalidade: assíncrono

Carga Horária: cerca de 10 minutos cada vídeo

Público Alvo: Magistrados, servidores, Ministério Público, advogados e sociedade em geral

Número de participantes: 250 visualizações para cada vídeo

Justificativa: Busca-se disseminar informações jurídicas, alterações jurisprudenciais e legislativas de maior relevância à Justiça Eleitoral, fomentando o estudo e o interesse pelo Direito Eleitoral por meio de pequenas pílulas de conhecimento. O projeto também pode ser utilizado como divulgação de futuros cursos e seminários da própria SEAJE/EJERS, tratando de assuntos que serão abordados de forma aprofundada posteriormente. Especialistas em temas de Direito Eleitoral convidados comentarão aspectos jurídicos atuais, conforme eixos de atuação da SEAJE. Os vídeos serão produzidos e editados pela EJERS ao longo do ano de 2025.

Orçamento: sem impacto orçamentário

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA SEAJE: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

SPINS:

I - Programas Institucionais Permanentes de Cidadania

II- Cursos e Eventos, que abarcam as exigências do CNJ, capacitação com vistas às Eleições 2026, ações de difusão da memória Institucional, projetos de educação para a cidadania política, e ações de desenvolvimento pessoal, com parcerias que podem ser firmadas com a Comissão de Participação Feminina Institucional - CPFEM, Coordenadoria de Desenvolvimento Pessoal - CODEP da Secretaria de Gestão de Pessoas, Coordenadoria de Gestão Documental e da Memória - CGDOM da Secretaria Judiciária e com a Assessoria de Comunicação Social - ASCOM.

III - Revista do TRE-RS

I - Programas Institucionais Permanentes da Seção

Esta Seção é responsável por desenvolver três programas Institucionais permanentes voltados à promoção da cidadania. Esses programas são realizados mediante solicitação das instituições interessadas, que encaminham requerimento por e-mail.

Por integrarem as atividades regulares da Seção, os programas não geram custos diretos ao orçamento anual de capacitação. Em média, são promovidos 15 eventos por ano.

1. Lideranças do Futuro - Processo SEI 0002748-72.2020.6.21.8000

Programa de educação para a cidadania que aborda temas como cidadania, democracia, participação política e o direito de votar e ser votado(a). Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento de novas lideranças por meio de apresentações e debates organizados em quatro eixos temáticos:

Papo Cidadania: discussões sobre direitos e deveres cívicos;

Mais Gurias na Política: incentivo à participação feminina no cenário político;
Desvendando o Voto no Brasil: explicações sobre a segurança do processo eletrônico de votação;
"Me Engana que eu Posto": debates sobre desinformação eleitoral.

O programa também inclui palestras lúdicas voltadas ao público mais jovem, como *Alice no País das Urnas Eletrônicas* e *Uma Jornada Mágica nas Eleições Brasileiras*, que utilizam personagens da saga Harry Potter para abordar questões eleitorais de maneira criativa.

2. Justiça Eleitoral Aberta - Processo SEI 0002785-02.2020.6.21.8000

Este programa promove encontros presenciais, preferencialmente nas dependências da Justiça Eleitoral, com grupos organizados da sociedade, como estudantes, servidores de outros órgãos e profissionais de imprensa. Seu propósito é divulgar a atuação da Justiça Eleitoral no contexto histórico e político, fomentar a cidadania, estimular a participação democrática e fortalecer a credibilidade da instituição.
Em muitos desses encontros, há a participação da Seção de Gestão da Memória, que apresenta o Memorial da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul.

3. Mais Mulheres na Política - Processo SEI 0006617-77.2019.6.21.8000

Com foco na promoção da participação feminina na política, o programa instituído pela Portaria nº 210, de 19 de agosto de 2019, realiza ações educativas, como palestras, debates, apresentações, transmissões ao vivo, pesquisas e grupos de estudo. O objetivo é conscientizar a sociedade sobre a importância da igualdade de gênero no espaço político e fomentar a maior representatividade de mulheres nos processos decisórios.

II - Cursos e Eventos

01 - Curso/Evento: Seminário sobre Abstenção Eleitoral
Número do SEI: 0017325-16.2024.6.21.8000
Data: 12, 13 e 14 de março de 2025 (a confirmar)
Local: Plenário do TRE-RS
Modalidade: Presencial com transmissão ao vivo pelo youtube
Carga Horária: 15h
Público Alvo: Magistrados, servidores, Ministério Publico, Imprensa e Sociedade em Geral
Número de participantes: 100
Justificativa: Considerando a crescente relevância do tema no contexto democrático brasileiro. O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, como órgão responsável pela promoção da cidadania e pelo fortalecimento das práticas eleitorais, tem a missão de enfrentar os desafios da participação política. É relevante destacar que, nas últimas eleições, Porto Alegre apresentou a maior taxa de abstenção entre as capitais brasileiras, refletindo uma tendência preocupante que merece análise detalhada.
Orçamento: R$19.000,00 (dezenove mil reais, sendo R$ 9.700,00 - coffee break)

02 - Curso/Evento: Dia Internacional das Mulheres - Palestra: Felicidade se aprende ou A Jornada da Heroína - reconexão com o feminino
Número do SEI: a ser criado
Data: 18 de março de 2025 (a confirmar)
Horário: 16h às 18h
Local: Espaço de Convivência 15º Andar do Prédio Assis Brasil ou Plenário Duque de Caxias
Modalidade: Presencial
Carga Horária: 2h
Público alvo: Magistrados, Magistradas, servidores e servidoras do TRE-RS.
Número de Participantes: 70 ou 80 (conforme capacidade do espaço)
Justificativa: Atendimento à Resolução CNJ n. 255/2018, que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário e o Objetivo Estratégico n.7 do Plano Estratégico 2021-2026 do TRE-RS: Fortalecer o engajamento de Pessoas e Implementar políticas inclusivas de pessoal. Além disso, o Prêmio CNJ 2025 prevê capacitação de magistrados(as) e servidores(as) nos conteúdos relativos aos direitos humanos, gênero, raça e etnia, em consonância com a Resolução CNJ nº 492, de 17 de

março de 2023.

Orçamento: R$ 10.000,00 (dez mil reais)

03 - Curso/Evento: Curso Desinformação e o Processo Eletrônico de Votação

Número do SEI: relacionado ao 0002786-45.2024.6.21.8000

Data: 24 de março de 2025

Local: on-line

Modalidade: a distância, sem tutoria, permanente, sessenta dias para conclusão após inscrição.

Carga Horária: 06 horas-aula

Público Alvo: magistrados e servidores

Número de participantes: 250 participantes

Justificativa: O processo de votação vem sendo duramente atacado para deslegitimar o sistema Democrático. A política de combate à desinformação sobre a matéria estabelecido pela TSE se constitui em bem informar a população sobre os sistemas de segurança que protegem a legitimidade do voto. Todavia, esse sistema é complexo e intrincado, de forma que os próprios magistrados e servidores possuem dificuldade em entender os mecanismos que o compõem e garantem a sua efetividade. Dessa forma, propõem-se oferecer capacitação, com adesão voluntária, para que os membros da Justiça Eleitoral conheçam esse processo e possam se tornar multiplicadores de informação em seus círculos sociais.

Orçamento: R$ 1.000,00

04- Curso/Evento: Grupo de estudos Potencialidades e Desafios da Inteligência Artificial

Número do SEI: 0017820-60.2024.6.21.8000

Datas: 26 de fevereiro de 2025, 19 de março de 2025, 26 de março de 2025, 9 de abril de 2025 23 de abril de 2025, 7 de maio de 2025 e 21 de maio de 2025

Local/Modalidade: on-line

Carga Horária: 11h

Público alvo: Magistrados, Magistradas, servidores e servidoras do TRE-RS.

Número de participantes: até 45

Justificativa: A inteligência artificial (IA) é reconhecida como uma das mais impactantes tecnologias do século XXI, influenciando áreas diversas como saúde, economia e, especialmente, o sistema judiciário. torna-se imprescindível o fomento à capacitação, ao esclarecimento e à sensibilização sobre a IA. Um conhecimento adequado sobre o funcionamento dessa tecnologia, seus limites e suas implicações éticas é a chave para que possamos usá-la de forma responsável, potencializando seus benefícios e minimizando os riscos.

Orçamento: R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) (eventual contratação de professores para conduzir grupo no máximo 3 encontros)

05 - Curso/Evento: Educação Midiática

Número do SEI: 0017805-91.2024.6.21.8000

Data: 01 e 07 de Abril 2025

Palestrantes: dois especialistas em Educação Midiática do Instituto Palavra Aberta

Local/modalidade: presencial com transmissão via YouTube

Carga horária: 2h

Público-alvo: jornalistas e profissionais da imprensa e público em geral

Justificativa: Resolução do TSE nº 23.714/2022, que trata do Combate à Desinformação e reforça a importância de promover informações qualificadas, verificadas e responsáveis como meio de fortalecer a integridade das eleições, destaca-se a necessidade de promover a Educação Midiática e Informacional como ferramenta essencial para o exercício da cidadania, o pensamento crítico e a participação social ativa. A Escola Judiciária Eleitoral Ministro Paulo Brossard de Souza Pinto - EJERS criou o Núcleo de Educação Midiática e Informacional (NEMI), por meio da Portaria EJERS N. 1/2024, que propôs um Projeto Piloto de Educação Midiática e Informacional para o ano de 2024 (SEi 2038972) (Processo SEI n. 0002033-88.2024.6.21.8000), com o objetivo de capacitar indivíduos de diferentes setores da sociedade, tornando-os agentes multiplicadores em Educação Midiática e Informacional (EMI).

Parceria: ASCOM, AGERT

Orçamento: R$10.000 (dez mil reais)

06 - Curso/evento: Equidade Racial, Povos Indígenas, Adoção do Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial e Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância

Número do SEI: não há ainda

Data: 4 de abril 2025

Modalidade: híbrido

Carga horaria: 1h

Público alvo: Magistrados, Magistradas, servidores e servidoras do TRE-RS.

Número de participantes: 100 presencial e ilimitado EAD

Justificativa: Em conformidade com a Resolução CNJ nº 519/2023, Resolução CNJ n. 287/2019 , Resolução CNJ n. 454/2022 e a Portaria CNJ nº 42/2024, o Indicador de Desempenho na Promoção da Equidade Racial (IPER) avalia o comprometimento dos órgãos em ações contra o racismo e discriminação racial. A capacitação no tema é essencial para atingir a pontuação máxima de 20 pontos no Prêmio CNJ de Qualidade 2025, a ser realizada no período base de 1º/07/2023 a 30/06/2024. Ademais, em 19 de novembro de 2024 foi aprovado pelo CNJ o Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial, de adoção obrigatório no Poder Judiciário Nacional. Ressalta-se que a última parte do protocolo prevê a qualificação permanente de todo o corpo funcional do Poder Judiciário sobre temas como as múltiplas formas de racismo, discriminação e injúria racial; o acompanhamento e avaliação de resultados, por meio de estudos e pesquisas aplicadas sobre práticas processuais; e o combate ao racismo no âmbito institucional, com o fortalecimento do Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer). Além disso, o Prêmio CNJ 2025 prevê capacitação de magistrados(as) e servidores(as) nos conteúdos relativos aos direitos humanos, gênero, raça e etnia, em consonância com a Resolução CNJ nº 492, de 17 de março de 2023. Sugere-se a realização de um evento que abarque todas as temáticas raciais. A Resolução CNJ N. 440/2022, que instituiu a Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito Poder Judiciário brasileiro, recomenda às Escolas disseminar princípios de reconhecimento e promoção da diversidade e liberdade religiosa, assim como iniciativas de enfrentamento à intolerância por motivo de crença ou convicção e estratégias de respeito à diversidade e liberdade religiosa assim como de não ter religião. Além disso, o Prêmio CNJ 2025 prevê capacitação de magistrados(as) e servidores(as) nos conteúdos relativos aos direitos humanos, gênero, raça e etnia, em consonância com a Resolução CNJ nº 492, de 17 de março de 2023.

Orçamento: R$2.500,00 (um mil reais).

07 - Curso/Evento: Protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica praticada em face de magistradas e servidoras.

Número do SEI: A ser aberto

Data: 30 de abril de 2025

Local: Plenário do TRE-RS com transmissão ao vivo

Modalidade: Híbrido

Carga Horária: 2h

Público alvo: Magistrados, Magistradas, servidores e servidoras do TRE-RS.

Número de Participantes: 80 pessoas

Justificativa: O evento busca implementar no TRE-RS o Protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de Segurança contra a violência doméstica sofrida por magistradas e servidoras, conforme a Resolução CNJ n. 254/2018, sobre a política judiciária nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres pelo Poder Judiciário, assim como a Recomendação CNJ Nº 102 de 19/08/2021, sobre a adoção do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica praticada contra magistradas e servidoras. A iniciativa, além de atender às diretrizes nacionais de enfrentamento à violência de gênero, contribui para a pontuação no Prêmio CNJ de Qualidade. Além disso, o Prêmio CNJ 2025 prevê capacitação de magistrados(as) e servidores(as) nos conteúdos relativos aos direitos humanos, gênero, raça e etnia, em consonância com a Resolução CNJ nº 492, de 17 de março de 2023.

Orçamento: R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

08 - Curso/Evento: Acessibilidade e Inclusão (parceria com SGP/CODEP/SEDES)

Número do SEI: não há ainda
Data: 30 de maio (sugestão)
Palestrantes: a confirmar
Local/modalidade: presencial com transmissão via YouTube
Carga horária: 1h30 para a palestra. Se possível oficina de 2h.
Público-alvo: todos os servidores (palestra). Gestores (oficina)
Justificativa: A Resolução CNJ n. 401/2021 estabelece diretrizes fundamentais para a promoção da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e em seus serviços auxiliares. Entre suas disposições, destaca-se a regulamentação das unidades de acessibilidade e inclusão, que buscam garantir a efetividade dessas diretrizes. O artigo 17, em particular, reforça a necessidade de capacitar magistrados(as) e servidores(as) do Judiciário em temas cruciais, como o acolhimento, atendimento, direitos e cotidiano das pessoas com deficiência.
Orçamento: Da Secretaria de Gestão Pessoas, Coordenadoria de Desenvolvimento Pessoal, Seção de Desenvolvimento

09 - Curso/evento: Tratados e Convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.
Número do SEI: não há ainda
Data: 17 de junho de 2025
Modalidade: *live*
Carga horaria: 1h
Público alvo: Magistrados, Magistradas, servidores e servidoras do TRE-RS.
Número de participantes: virtual
Justificativa: A Recomendação do CNJ N.123/2022 orienta os órgãos do Judiciário a observarem tratados e convenções internacionais de direitos humanos em decisões judiciais. Além disso, o Prêmio CNJ 2025 prevê capacitação de magistrados(as) e servidores(as) nos conteúdos relativos aos direitos humanos, gênero, raça e etnia, em consonância com a Resolução CNJ nº 492, de 17 de março de 2023.
Orçamento: R$1.000,00 (um mil reais)

10 - Curso/Evento: Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos
Número do SEI: não há ainda
Data: 04 Agosto de 2025 (sugestão)
Modalidade: *live*
Carga horaria: 1h
Público alvo: Magistrados, Magistradas, servidores e servidoras do TRE-RS.
Número de participantes: virtual
Justificativa: A Recomendação do CNJ, conforme Resolução CNJ no 225/2016, a qual dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e atualizações posteriores, especialmente a Resolução Nº 592, de 8 de Novembro de 2024, que incluiu a aplicação da Resolução a esta Justiça Especializada, considerando a necessidade de fomentar a participação de todos os ramos do Poder Judiciário e de seus juízes na construção da Justiça Restaurativa em suas três dimensões, inclusive para fomentar a transformação das ambiências internas do Poder Judiciário, estimulando a convivência saudável em todos os tribunais e mediação de conflitos, conforme sei 0008081-34.2022.6.21.8000
Orçamento: R$1.000,00 (um mil reais)

11 - Curso/evento: Grupo de estudos Perspectiva de Gênero nos julgamentos.
Número do SEI: não há ainda
Datas: 29 de setembro, 13 e 27 de outubro e 10 de novembro de 2025
Local: EAD e Presencial no encerramento
Modalidade: (modalidade híbrido).
Carga Horária: 15h
Público alvo: Magistrados, Magistradas, servidores e servidoras do TRE-RS.
Número de participantes: mínimo de 10 para grupo de estudos e evento final com público

indeterminado.

Justificativa: A Resolução CNJ N. 492/2023 estabelece, para adoção de Perspectiva de Gênero nos julgamentos em todo o Poder Judiciário, as diretrizes do protocolo aprovado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria CNJ n. 27/2021, que institui obrigatoriedade de capacitação de magistrados e magistradas, relacionada a direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional, e cria o Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário e o Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário. Além disso, o Prêmio CNJ 2025 prevê capacitação de magistrados(as) e servidores(as) nos conteúdos relativos aos direitos humanos, gênero, raça e etnia, em consonância com a Resolução CNJ nº 492, de 17 de março de 2023.

Orçamento: Sem impacto no orçamento de capacitação.

12 - Curso/evento: Dia Nacional da Cidadania

Número do SEI: não há ainda

Data: 05 de outubro de 2025

Modalidade: *a definir*

Carga horaria: 1h

Público alvo: Magistrados, Magistradas, servidores e servidoras do TRE-RS.

Número de participantes: virtual

Justificativa: Proposta do CODEJE para realização de mobilização nacional considerando que no dia 05 de outubro comemora-se o Dia Nacional da Cidadania, que coincide com a data de promulgação da Constituição federal, em 5 de outubro de 1988. A proposta é que a mobilização seja para a sociedade um momento de reflexão sobre a democracia no país.

Orçamento: R$1.000,00 (um mil reais)

Parceria: ASCOM

13 - Curso/Evento: Simpósio: Democracia na Era Digital

Número do SEI: a definir

Data: 20 de outubro de 2025

Local: Plenário do TRE-RS

Modalidade: Presencial com transmissão simultânea

Carga Horária: 15 horas-aula

Público Alvo: Magistrados, servidores, Ministério Público, advogados e sociedade em geral

Número de participantes: 80 presenciais, on-line indefinido

Justificativa: O evento tem o propósito de promover a transparência do processo eleitoral, fortalecendo a comunicação entre a Justiça Eleitoral e a sociedade, além de oferecer uma visão abrangente do cenário eleitoral na era digital, fomentando o debate acerca das potencialidades e riscos que esse cenário apresenta à democracia brasileira.

Orçamento: R$ 70.000,00 (setenta mil reais)

14 - Curso/Evento: Palestras Liderança do Futuro para Crianças e jovens acolhidos da Coordenadoria da Infância e Juventude do Estado do Rio Grande do Sul - CIJRS

Número do SEI: a criar, seis relacionados 0017945-28.2024.6.21.8000 e 0002668-40.2022.6.21.8000 (Termo de Cooperação Nº 180/2022)

Datas: 17 de novembro 2025

Local/Modalidade: EAD

Carga Horária: a definir

Público Alvo: jovens a partir de 14 anos, durante ou após o cumprimento de medidas socioeducativas, em meio aberto e fechado.

Número de participantes: a definir

Justificativa: Recomendação Conjunta CNJ n. 3/2024, que solicita aos Tribunais e ao Ministério Público que adotem, prioritariamente, ações conjuntas para o fortalecimento, apoio e estímulo à implementação e ao desenvolvimento da aprendizagem e qualificação profissional de adolescentes, a partir dos 14 anos, e jovens durante ou após o cumprimento de medidas socioeducativas, em meio aberto e fechado.

Orçamento: Sem impacto no orçamento de capacitação

15 - Evento: Atendimento de cidadania a Pessoas em Situação de Rua

Número do SEI: não há ainda

Data: 24 de novembro de 2025

Local/Modalidade: Ações educacionais e de atendimento eleitoral em parceria com CAE e Assistência Social do Município e do Estado buscando qual seria a medida mais efetiva.

Carga Horária: não se aplica

Público Alvo: Magistrados, Magistradas, servidores e servidoras do TRE-RS.

Número de participantes: a definir

Justificativa: A Resolução CNJ N. 425/2022 que institui no âmbito do Poder Judiciário a Política Nacional Judicial de Atenção às Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades recomenda a oferta de cursos que disseminem os princípios de respeito à dignidade humana, não criminalização das pessoas em situação de rua, promoção do acesso aos direitos de cidadania e outros conforme art. 3º da referida Resolução.

Orçamento: sem impacto no orçamento de capacitação.

16 - Curso/Evento: Encerramento do Ano Letivo da EJERS - Evento de Desinformação e o Processo Eletrônico de Votação para as Eleições 2025

Número do SEI: relacionado ao SEI 0002786-45.2024.6.21.8000

Data: 05 de dezembro de 2025 (a confirmar)

Local: **Plenário do TRE-RS**

Público Alvo: Magistrados, servidores, Ministério Público, advogados e sociedade em geral

Número de participantes: 100 participantes

Justificativa: O processo de votação vem sendo duramente atacado para deslegitimar o sistema Democrático. A política de combate à desinformação sobre a matéria estabelecido pela TSE se constitui em bem informar a população sobre os sistemas de segurança que protegem a legitimidade do voto. Todavia, esse sistema é complexo e intrincado, de forma que os próprios magistrados e servidores possuem dificuldade em entender os mecanismos que o compõem e garantem a sua efetividade.

Orçamento: R$ 5.700,00 (cinco mil reais)

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA SPINS: R$ 118.000,00 (CENTO E DEZOITO MIL REAIS)

III - Revista do TRE-RS - Processo SEI 0016210-57.2024.6.21.8000

A *Revista do TRE-RS* mantém um Edital de Chamada Permanente para submissão de artigos voltados ao Direito Eleitoral, eleições e temas relacionados ao trabalho da Justiça Eleitoral. Para a próxima edição, que será lançada em março de 2025, durante o Congresso sobre Abstenção Eleitoral, foi sugerido como tema central: **"Eleições Globais 2024: Democracia, Participação e Desafios Históricos"**.

A edição n.º 52 da *Revista do TRE-RS* convida os autores a uma análise aprofundada sobre o papel das eleições na construção e fortalecimento das democracias, os desafios contemporâneos para ampliar a participação eleitoral, e as lições históricas que orientam esse processo em um cenário global cada vez mais complexo.

Não há previsão de impacto orçamentário.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA TOTAL DA EJERS para 2025: R$ 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais)

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO TSE PARA O TRE-RS - CAPACITAÇÃO
CAPACITAÇÕES ORDINÁRIAS 2025: R$ 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais)

3. METAS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO

O presente plano de trabalho é submetido à Alta Administração do TRE-RS, a qual poderá, a qualquer tempo apresentar novas demandas e/ou redirecionar o rumo do trabalho para o aprimoramento da prestação jurisdicional. Ademais, a limitação orçamentária, bem como a diminuta força de trabalho de ambas seções desta Escola, cada uma contando com três servidores, eventualmente poderá limitar o presente planejamento.

Ainda, vale registrar que a EJERS tem investido na plataforma de educação a distância, bem como em parcerias com outras instituições, buscando maior economicidade e eficiência em relação aos recursos orçamentários disponíveis.

Por fim, impende assinalar que esta Escola está atenta às diretrizes do TSE, do CNJ e pauta-se em consonância com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Respeitosamente,

FABIANA GUIMARÃES DOS SANTOS,
CHEFE DA SEÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO JURÍDICO E ESTUDOS ELEITORAIS,
COORDENADORA DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL MINISTRO PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO SUBSTITUTA.

JÔNATAS OLIVEIRA DA COSTA,
CHEFE DA SEÇÃO DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS SUBSTITUTO.

Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Guimarães dos Santos**, **Coordenadora Substituta**, em 06/12/2024, às 15:59, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Jonatas Oliveira da Costa**, **Técnico Judiciário**, em 06/12/2024, às 16:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2090820** e o código CRC **A69E4ACA**.
